

1 **ATA DA 3ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**  
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**  
3 **07/04/2020 (terça-feira), de 14:00h às 16:30h, através de videoconferência.** A  
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias  
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 07/04/2020, foi iniciada pelo Coordenador Geral, José  
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso  
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (CBH Guandu), José  
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), José Paulo Azevedo  
9 (CBH Piabanha) Luís Eduardo Amorim Ramos (CBH Piabanha), Marcos Sant'anna  
10 Lacerda (CBH BG), Licius de Sá Freire (CBH R2R), Rodolfo Coimbra (Macaé Ostras),  
11 Affonso Henrique Albuquerque Jr (Macaé Ostras), João Gomes de Siqueira (CBH BPS)  
12 e Eduardo Pimenta (CBH BPS) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha),  
13 Paulo Motta (CBH BIG), Livia Soalheiro (SEAS), Diane Rangel (SEAS), Hélio Vanderlei  
14 (INEA), Moema Versani (INEA), Marcelo Crespi (INEA) e a equipe: Roberta Abreu  
15 (AGEVAP), Leonardo Guedes (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

16 **Item 1. Abertura:** A Assembleia foi iniciada por **José Arimathéa**, que deu boas vindas  
17 a todos, abrindo espaço de fala para os representantes do órgão gestor. **Diane**  
18 agradeceu ao convite para participar da reunião e se mostrou aberta para discussões.  
19 **Hélio** também agradeceu e se colocou à disposição dos comitês para buscar o melhor  
20 caminho para diálogo e soluções para os problemas identificados, estando aberto para  
21 ouvir e construir de forma colaborativa.

22 **José Arimathéa** informou aos convidados que o FFCBH tomou a decisão de realizar  
23 discussões separadas junto às delegatárias e ao Órgão gestor e que na semana  
24 anterior havia ocorrido a reunião contendo representantes da AGEVAP e do CILSJ.

25 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

26 A pauta, enviada anteriormente, foi lida e aprovada sem alterações pelos membros os  
27 presentes.

28 **Item 3. Relação do Órgão Gestor com os Comitês de Bacias do Estado do Rio de**  
29 **Janeiro;**

30 **José Arimathéa** disse que existe um conjunto de situações e iniciativas cuja a relação  
31 precisa ser fortalecida com a equipe que assumiu recentemente a SEAS e o INEA. A  
32 nova equipe vem apresentando vontade de fortalecimento dos laços e isso é importante  
33 para levantar em conjunto quais ações serão realizadas para fortalecer essas relações.

34 **Hélio** disse que boa parte da equipe já trabalha com comitês e que quando chegou em  
35 novembro havia encontrado um processo de renovação de contrato de gestão em  
36 andamento e foi informado que tinha acontecido diversas reuniões com os comitês para  
37 chegar a um melhor modelo de contrato de gestão. Disse que talvez ainda não fosse o  
38 melhor e precise de aperfeiçoamento, mas que entende que precisa fortalecer e  
39 trabalhar de forma objetiva a construção desse documento para que possa contemplar  
40 as necessidades efetivas dos comitês. Disse que o objetivo no INEA é que possa  
41 aperfeiçoar esse modelo e que ele seja cada vez melhor de forma a retratar a realidade  
42 das necessidades de implantação dos projetos, programas e ações dos comitês de  
43 bacia. Comunicou que sua visão era trabalhar com diálogo e que já falou com a  
44 AGEVAP e com os comitês que possuía interesse de participar efetivamente como  
45 diretor da construção desse novo modelo. Concluiu que está em um papel de diplomata,  
46 mas que irá seguir a equipe técnica e as orientações internas do INEA.

47 **Diane** disse acreditar que a discussão trata mais do fortalecimento dos comitês, que  
48 passa por algumas vertentes importantes: primeiro, a efetiva participação de todos os  
49 membros do comitê, não só os eleitos, mas sim que deveria melhorar a participação  
50 dos que representam determinados setores ou grupos setoriais, fortalecendo a  
51 participação dos municípios e dos usuários nos comitês e nos fóruns de representação  
52 de recursos hídricos. Segundo, seria trabalhar fortemente a capacitação, disse que há  
53 membros muito capacitados e que conhecem bem os papéis dos comitês na política  
54 nacional e estadual de recursos hídricos, mas que esses pontos deveriam ser  
55 fortalecidos para membros novos. Terceiro, levantou a necessidade de discutir de forma  
56 clara o que foi e o que não foi executado dos PAPs anteriores para que seja possível

57 colocar todos os projetos e ações executáveis e obter resultados objetivos para  
58 apresentar, não só a quem representam, mas também à sociedade. Disse que a  
59 intenção não é discutir os culpados, mas sim os resultados e que já pediu à equipe do  
60 **Hélio** que levantasse o que o estado está devendo para que possa cumprir o mais  
61 rápido possível. No quarto ponto, falou sobre trabalhar mais as resoluções do INEA,  
62 SEAS e CERHI para que tenha claro o papel de cada ente no sistema e como se pode  
63 facilitar algumas questões, como por exemplo, contratação de pessoal e de serviços,  
64 dentre outros pontos chaves para que as ações das delegatárias possam ser mais  
65 rápidas. **Diane** informou que o Banco Mundial fez um trabalho interessante, que era  
66 uma avaliação das políticas estaduais e nacionais de recursos hídricos e sugere alguns  
67 avanços, sugeriu que esse trabalho fosse discutido posteriormente para verificar quais  
68 avanços quem está no dia-a-dia dos comitês acham que deveriam ser implementados.

69 **Paulo Motta** justificou a ausência do CBH BIG nas últimas reuniões, dizendo que os  
70 esforços estavam concentrados em executar o Plano de Recursos Hídricos, que foi  
71 concluído com ajuda da equipe da Profil e do INEA. Disse que a relação do comitê com  
72 o órgão gestor se deu de forma muito proativa nos últimos anos, obtendo muitos  
73 resultados. Lembrou que o comitê ficou dois anos sem delegatária e que a equipe da  
74 SEAS/INEA assumiu essa responsabilidade, aproveitando a fala para agradecer à **Lívia**  
75 e à **Moema** pela parceria e apoio. Disse que essa parceria foi fundamental para  
76 aumentar a plenária e diretoria do comitê, trazendo resultados positivos do que o órgão  
77 gestor proporcionou ao comitê.

78 **Nelson** levantou a preocupação da necessidade de revisão do contrato de gestão,  
79 dizendo que o CBH Guandu precisa de uma renovação em dezembro e que acredita  
80 não valer a pena trabalhar em cima de aditivo, mas sim levar ao comitê uma ampla  
81 discussão do contrato de gestão para que o documento seja adequado ao que o comitê  
82 espera da delegatária e do órgão gestor. Disse que precisa haver melhoria de  
83 comunicação e qualificação, sugerindo que fosse feita uma apresentação da AGEVAP  
84 mostrando suas atribuições e organização para dentro dos comitês. Disse ser  
85 importante levantar essas informações da AGEVAP e do órgão gestor para que os

86 atores do sistema possam conhecer as informações de forma clara. Levantou uma  
87 problemática do aspecto jurídico, dizendo que acontece de o comitê querer algo e ser  
88 barrado pelo jurídico da delegatária e procuradoria do INEA, não trazendo soluções de  
89 como poderia ser feito.

90 **Vera** disse que, como os comitês possuem o mesmo órgão gestor, os contratos de  
91 gestão deveriam ter as mesmas características, por exemplo, se tratando de metas e  
92 avaliações, no perfil dos comitês do Rio de Janeiro. Disse que via um problema entre a  
93 Resolução INEA nº13 e a Resolução INEA nº160, que na atual resolução houve  
94 discussão apenas com a delegatária, logo, assim como a anterior, não atende aos  
95 comitês. Disse que ambas têm seus pontos fortes e propôs que fosse revisto esses  
96 pontos nas duas resoluções para construir uma nova portaria em conjunto, já que os  
97 comitês sabem onde estão os gargalos que impedem a celeridade nos processos.

98 **José Paulo** disse que além de diretor do CBH Piabanha, ele atua em mais três comitês  
99 da região metropolitana e que se preocupa com a resposta a uma iniciativa da diretoria  
100 do CBH BG de disciplinar sua relação com a delegatária internamente e que eles  
101 receberam um parecer da procuradoria, enviado pelo INEA, que questiona o papel do  
102 comitê no sistema. Disse que entender os papéis dos entes é fundamental, não  
103 adiantando apenas rever o contrato de gestão se essa definição não estiver clara. Pediu  
104 para que **Diane** se pronunciasse sobre, visto que a forma que esse parecer chegou,  
105 não reflete a visão do INEA diante os comitês.

106 **Diane** disse que essa é uma questão crucial a ser resolvida, já que há diferença entre  
107 as competências descritas na lei, o entendimento geral e a relação objetiva entre órgão  
108 gestor e delegatária, por isso a importância q haja bom entendimento desses papéis e  
109 o que não for claro, possa ser revisto a fim de melhorar a compreensão, já que as zonas  
110 cinzentas são graves para todos os lados. Disse que a procuradoria utilizou a letra fria  
111 da lei e não a lei ativa, que é como está acontecendo, por isso seria importante discutir  
112 e regulamentar claramente quais são os papéis, já que ao comitê, de ponto de vista  
113 legal, cabe aprovar os planos e receber da delegatária, mas a fiscalização da  
114 delegatária é função do órgão gestor. Disse que do ponto de vista frio da legislação, o

115 contrato de gestão não precisaria passar pelos comitês, logo seria importante haver  
116 uma revisão e ser feita uma proposta de melhoria para clarear essas zonas cinzentas  
117 que hoje existem entre a lei e o que é exercido.

118 **João** disse discordar do órgão gestor agir diretamente com a delegatária sem passar  
119 pelo comitê, já que ao seu ver, a delegatária é um órgão à parte do tripé órgão gestor,  
120 comitês e estado, sendo um apoio a esse sistema que roda entre esses três segmentos.  
121 Disse que os comitês têm tido pouca participação nas tomadas de decisão,  
122 principalmente no modelo de contrato de gestão e que na hora de aplicação final do  
123 recurso está faltando eficiência e um acompanhamento mais de perto dos comitês.  
124 Disse que o estado ainda não enxerga claramente o papel dos comitês nessa gestão,  
125 principalmente em ações de compensação e aplicação de recursos. Concluiu que  
126 precisa haver a revisão e esclarecimento dos papéis para que a relação entre os entes  
127 seja mais eficiente.

128 **Luís Eduardo** pontuou o Artigo 56 da Lei 3239/99, que diz que as Agências de Água  
129 são entidades executivas, com personalidade jurídica própria, autnomias financeira e  
130 administrativa, instituídas e controladas por um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica,  
131 logo os comitês teriam que participar dos contratos com as delegatárias.

132 **Lício** disse que essa era uma possibilidade de iniciar a conversa com o órgão gestor,  
133 logo não cabia descer na letra da lei como se o assunto fosse se resolver nesta reunião,  
134 mas sim que deveriam criar demandas para realizar reuniões específicas. Disse que  
135 quando se fala de órgão gestor vê-se a representação do estado na Secretaria de  
136 Ambiente dentro do INEA e que está sendo direcionada uma conversa muito fechada  
137 quando se poderia envolver as características que a **Diane** tem como gestora com a de  
138 **Hélio**. Lembrou que em conversa anterior, **Hélio** disse que o contrato de gestão como  
139 ferramenta estava com sua equipe e que os comitês deveriam creditar a isso ações e  
140 pedidos no que couber, lembrando que todos têm a mesma finalidade se tratando de  
141 qualidade e quantidade de água. Concordou com a **Diane** que além de fazer, tem que  
142 mostrar ao governo e à sociedade o que está sendo feito. Levantou o questionamento  
143 ao **Hélio** sobre o que vem sendo colhido de demanda dos comitês para que sejam feitas

144 propostas mais interessantes para atuar na ferramenta do contrato de gestão. Lembrou  
145 que nem todo comitê é igual e exemplificou que no CBH R2R tem uma forte  
146 representação dos municípios e por isso obtiveram sucessos anteriores como no  
147 PROTATAR, dizendo que muitas cidades já possuem seu plano executivos de  
148 saneamento atrelado a ações do comitê. Disse que as necessidades atuais dos comitês  
149 estão ligadas a velocidade e atendimento das decisões e que a relação com a  
150 delegatária é boa, mas que a delegatária ainda tem muito a se evoluir, assim como os  
151 comitês e o órgão gestor.

152 **Marcos** disse que, embora haja algumas visões diferentes, todos reconhecem como  
153 objetivo maior o fortalecimento do sistema de recursos hídricos no estado. Disse que  
154 desde que assumiu a diretoria do CBH BG defendeu a aproximação dos entes,  
155 alegando que não há comitê forte se não houver órgão gestor e entidade delegatária  
156 fortes nessa parceria. Contribuiu nas falas anteriores, chamando a atenção que os  
157 comitês são realmente diferentes em suas composições, áreas de atuação, demandas,  
158 entre outros aspectos e, portanto, o contrato de gestão deve expressar isso e não ser  
159 um padrão único para todo o estado, visto que as demandas de gestão das bacias são  
160 diversas. Disse que sempre chamou atenção em relação ao formato do contrato de  
161 gestão, que tem como anexo um plano de trabalho que se dá somente uma planilha  
162 financeira, entendendo que as metas do contrato de gestão são amplas e genéricas,  
163 não sendo efetivo e não retratando o dia-a-dia de relacionamento e construção coletiva  
164 dentro de uma plenária de comitês de bacia. Disse que essa fala é uma provocação a  
165 se pensar de como criar um plano de trabalho capaz de retratar a demanda dos comitês  
166 no contrato de gestão, já que ao consultar instâncias jurídicas, sempre houve respostas  
167 positivas quanto a mudar o modelo do contrato. **Marcos** comentou sobre a necessidade  
168 de não ficar na letra fria da lei, mas garantir que ela tenha valor. Disse que o artigo da  
169 lei citado por **Luís Eduardo** traz forte a questão de que a agência de água é instituída  
170 e controlada por um ou mais comitês e que um dos papéis da agência é ser a secretaria  
171 executiva do comitê de bacias, logo, se os comitês controlam as agências, entende-se  
172 que o controle é dado por lei ao comitê sobre àquela que venha a desenvolver as  
173 funções de competência de água. Disse que são questões jurídicas postas que geram

174 a necessidade aprofundamento pela necessidade de observar a lei, que quando não é  
175 bem compreendido, gera estresse. Solicitou o encaminhamento de que fossem  
176 marcadas duas reuniões específicas, uma sobre o contrato de gestão e outra sobre os  
177 papéis e atribuições dos entes no sistema.

178 **Hélio** disse que todas as falas até então eram verdadeiros reflexos da dificuldade dos  
179 contratos de gestão que foram utilizados nos últimos anos e seus aditivos. Disse que o  
180 que rege hoje a relação entre comitês, órgão gestor e delegatária é o contrato de  
181 gestão, que ele estabelece os procedimentos para as partes envolvidas e que quando  
182 há necessidade de disciplinar a relação, segue-se o contrato de gestão. Disse que o  
183 comando dos comitês sobre a delegatária está explícita, mas que as regras são  
184 detalhadas nesse contrato. Reforçou que o INEA se coloca aberto para rever a relação  
185 de cada comitê dentro das suas especificidades e que poderia, a partir de então, marcar  
186 reuniões para discutir com cada comitê esse novo modelo de gestão para que possam,  
187 em novembro, aprovado pela plenária do comitê e pelo CERHI, serem assinados pelo  
188 INEA, dentro das necessidades dos comitês. Disse que, como órgão gestor entende  
189 que tem que se construir o processo de relação política, institucional e de resultados,  
190 afirmando que quando há metas bem definidas, planos de trabalhos bem elaborados  
191 de acordo com cada comitê, a entidade delegatária vai refletir nas ações cotidianas o  
192 que foi definido no contrato de gestão, inclusive os valores. Disse que a entidade  
193 delegatária tem a responsabilidade de executar o que foi aprovado pela plenária dos  
194 comitês e a diretoria tem a responsabilidade de acompanhar no dia-a-dia a execução.  
195 Informou que a sua primeira ação como diretor foi agendar uma reunião com as  
196 delegatárias para compreender como se dá o avanço dessa execução a cada mês, a  
197 fim de visualizar a dificuldade que a delegatária possui para executar alguns itens do  
198 PAP e que, assim que a situação normalizar, seu objetivo é voltar com esses encontros  
199 e discussões. **Hélio** também disse que vem discutido internamente sobre o repasse  
200 dos recursos dos comitês, comentando que no ano anterior tiveram que abrir mais de  
201 noventa processos para liberar recursos para os comitês, o que demandou muito tempo  
202 da equipe e que o objetivo é agir como a ANA, que ao recurso entrar em conta, num  
203 prazo de 30 ou 60 dias é repassado diretamente para o comitê sem abertura de

204 processo. Disse que assim é possível focar a equipe, melhorando acompanhamento e  
205 gestão. Reforçou que suas colocações não são apenas um desejo do INEA, mas sim  
206 sugestões para serem discutidas entre os comitês.

207 **José Arimathéa** disse que existe o desafio de fazer com que as ações sejam mais  
208 desburocratizadas possível e que isso é uma questão de toda administração pública,  
209 mas que acha que precisa colocar energia nessa iniciativa. Levantou como  
210 encaminhamentos dessa pauta: O pedido de se montar em conjunto com o Fórum  
211 revisão do contrato de gestão que deveria concluir a discussão até meados de agosto  
212 para que haja tempo de hábil para os passos seguintes e assinatura do contrato,  
213 agendando reunião exclusiva para essa pauta; Ação de discussão de competências e  
214 papéis dos entes no sistema estadual de recursos hídricos, também agendando reunião  
215 exclusiva; Estratégias de melhoria de participação dos comitês, levantando um  
216 diagnóstico dessa participação; Realizar um balanço dos PAPs, verificando o que foi e  
217 o que não foi executado e o motivo na não execução; Analisar o estudo do Banco  
218 Mundial a fim de verificar o que pode ser implementado; Melhorar a eficiência da  
219 delegatária, realizando revisões das resoluções.

220 **João** disse que anseia pela revisão do contrato de gestão tendo a finalidade de dar  
221 clareza aos papéis, tendo um acordo melhor descrito e chegando ao órgão gestor em  
222 suas esferas maiores, de forma que os comitês possam assumir o papel de gestores  
223 de recursos das respectivas regiões hidrográficas.

224 **José Arimathéa** sugeriu que a reunião agendada no dia 14 de abril de 2020 fosse  
225 apenas do FFCBH com a pauta voltada para essa discussão, para posteriormente fosse  
226 debatida com as delegatárias, SEAS e INEA. Sugeriu também que na semana seguinte  
227 (22) fosse a reunião já acordada com a delegatária e posteriormente retornariam com  
228 reunião com o órgão gestor com os levantamentos realizados pelos comitês e pelo  
229 FFCBH, para fazer em conjunto essas deliberações. Todos concordaram.

230 **José Paulo** levantou a possibilidade de reunir o Fórum com o CERHI, lembrando que  
231 existe não só o documento do Banco Mundial, mas também da OCDE e um programa

232 da ANA que é o Pró-Gestão, que traz uma estrutura de instrumentos de gestão que ele  
233 acredita ter um bom roteiro para organização. Falou sobre o Plano Estadual que deveria  
234 haver uma discussão sobre, já que há necessidade de integrar esse plano com os  
235 planos de bacia.

236 **Luís Eduardo** elogiou a proatividade de **Hélio** e **Diane** diante das demandas, mas  
237 comentou que há um gargalo em relação às outorgas e quanto a demora de resposta  
238 quanto a solicitação de recursos. Pediu que essas questões fossem analisadas dentro  
239 do INEA para reuniões futuras.

240 **Hélio** respondeu que a questão dos recursos já vem sendo analisada, conforme dito  
241 anteriormente e que possui uma planilha de acompanhamento para certificar de que  
242 todos os pedidos sejam atendidos.

243 **Diane** disse que está em processo uma revisão de procedimentos para que haja um  
244 fluxo mais rápido para solucionar a questão das outorgas e que há um sistema de  
245 informação sendo finalizado, precisando apenas de fazer os inputs das outorgas, o que  
246 trará um formato mais rápido de solução de problemas. Disse que até julho poderá  
247 haver respostas mais efetivas em relação a datas e novo fluxo para as outorgas.

248 **José Paulo** disse que a gerência de outorgas tem um número limitado de funcionários  
249 e que um sistema iria ajudar, mas que há algumas questões que precisam de  
250 informação como, por exemplo, disponibilidade hídrica. Disse que essas informações  
251 ajudariam a dar agilidade ao órgão na hora de estimar se poderia dar a outorga.

252 **Diane** respondeu que isso se encontra nos planos dentro do sistema de informação e  
253 que todo o processo de TI da SEAS/ INEA está em desenvolvimento e cada passo está  
254 sendo acompanhado com datas de entrega. Disse que, estão trabalhando em um Plano  
255 Estadual de Segurança Hídrica que se tem um conjunto de projetos que não estão  
256 dentro da subsecretaria que vão auxiliar muito nos processos de outorgas e na gestão.

257 **José Arimathéa** disse que o CBH MPS sempre se disponibilizou para possíveis  
258 parcerias para fortalecimento do processo de outorga, inclusive quanto a investir em  
259 algo que retornará em recurso para o comitê, já que a base da cobrança é a outorga.

260 **Diane** disse que esse é um ponto que gostaria de trabalhar em um segundo encontro,  
261 pois é um montante de recursos pequeno e irão fazer uma proposta de acordo com a  
262 disponibilidade e capacidade financeira de cada comitê para contribuição para um dos  
263 pilares do sistema de informação. Informou que essa solicitação de recurso não será  
264 muito grande, já que a SEAS e INEA entrarão com recurso e que a proposta será  
265 formalizada posteriormente.

266 **Nelson** disse que precisa começar a pautar o CONEMA no sentido de aportar recursos  
267 para as demandas de recursos hídricos.

268 **Marcos** levantou propostas de datas para as próximas reuniões, sugerindo: 14 de abril  
269 para tratar de competências, papéis e atribuições no sistema, 22 de abril como segunda  
270 reunião com as delegatárias, 28 de abril para discutir o contrato de gestão, 05 de maio  
271 para discutir o que foi executado nos PAPs e os resultados e 12 de maio para discutir  
272 como melhor a efetiva participação dos seguimentos nos comitês.

273 **José Arimathéa** acrescentou a lista de reuniões uma se tratar do estudo do Banco  
274 Mundial, uma para se tratar das revisões das portarias e fluxos do órgão gestor e de  
275 discussão com o CERHI, estas com datas ainda a se definir. Todos concordaram com  
276 os encaminhamentos.

277 **Diane** propôs que fosse disponibilizado o estudo do Banco Mundial e outros estudos  
278 que os comitês possuíssem ou tivessem conhecimento para que seja feita uma avaliação  
279 e condense os pontos que os assuntos considerados principais pelo Fórum e pela  
280 SEAS/INEA. Disse que achava importante a integração do FFCBH com o CERHI e  
281 sugeriu que houvesse uma pauta bem objetiva de discussão.

282 Foi definido como horário das reuniões fixo as 14h e **Luís Eduardo** sugeriu que fossem  
283 feitas pautas mais sucintas e discussões objetivas, de forma a cada reunião não  
284 exceder muito o tempo de 2h.

285 **Item 4. Interpretação do OF SEFAZ SGAB Nº 174-2020;**

286 **José Arimathéa** pediu para que os representantes presentes do INEA e SEAS se  
287 manifestassem com interpretações do ofício a fim de ajudar o entendimento do FFCBH.

288 **Hélio** disse que não iria interpretar, mas sim cumprir, informando que não havia  
289 recebido nenhuma notificação ou orientação para suspender qualquer procedimento  
290 administrativo em relação a repasse de recursos dos comitês.

291 **Marcos** levantou dúvida quanto ao ofício, dizendo que é apresentado um quadro de  
292 base para a SEFAZ realizar a retenção do 30% do saldo de 2019, levando em  
293 consideração os R\$ 220.781.839,00 e, portanto, apontava a retirada de R\$  
294 66.231.000,00. Disse que quando receberam a planilha de saldo dos comitês em  
295 março, constava R\$ 216.000.000,00, no qual parte é referente a CUTE (R\$  
296 138.000.000,00) e que em reunião na Fazenda tinha sido conversado que a base de  
297 cálculo não estaria correta, visto que o recurso da CUT gravado no TAC é imexível.  
298 Disse ainda que o ofício enviado também fala sobre isso, que respeita o TAC e o  
299 FUNDRHI, mas que aparentemente a base de cálculo estava errado. Solicitou que os  
300 presentes ajudassem nessa interpretação.

301 **Hélio** informou que de acordo com a planilha que possui na sua equipe a  
302 disponibilidade atual no dia 06 de abril da CUT é de R\$ 149.112.938,67 e na Conta D  
303 R\$ 66.243.141,20, totalizando a disponibilidade aproximada de R\$ 222.650.000,00.  
304 Disse que essa apresentação com os valores havia sido enviada aos comitês e que  
305 não possuía outras informações fora o que constava ali.

306 **Marcelo** se manifestou dizendo que a SEFAZ não utilizou os recursos da CUTE. Disse  
307 que no Ofício há duas planilhas e que o valor que consta que foi retirado da conta se  
308 encontra na última tabela de R\$ 21.227.147,38. Explicou que ao longo desse

309 documento houve diversas conversas entre os setores competentes para determinar  
310 como o 30% seriam operacionalizados e que há uma conta feita contando com o  
311 recurso da CUTE no meio do documento, mas que no decorrer do ofício se altera e  
312 que, inclusive, há uma manifestação discordando do uso da CUTE, dizendo que o valor  
313 deveria ser calculado apenas acima da Conta D. Reforçou que na própria emenda  
314 constitucional consta que os TACs não seriam afetados e que confirmou que os valores  
315 do ofício bate com os valores de referência o mês de dezembro de 2019. Observou que  
316 na fonte do CBH MPS há um valor negativo pois foi feito um pagamento no final do ano,  
317 no qual o valor passou um pouco e que, até fechar o ano o sistema não tinha  
318 reconhecido ainda que estava negativo e que para torna-lo positivo novamente, ele  
319 havia entrado em contato com a AGEVAP e houve a devolução do valor.

320 **Marcos** falou sobre as solicitações dos comitês no dia 09 de dezembro de 2019 que  
321 não houve resposta sobre alguma dificuldade na documentação entregue e os comitês  
322 haviam entendido que não havia acontecido o prazo de 60 dias, mas que os recursos  
323 estariam disponíveis em fevereiro ou em março e os comitês receberiam esse saldo.  
324 Questionou o motivo do recurso não ter sido liberado, visto que os comitês fizeram todo  
325 o processo de solicitação.

326 **Marcelo** disse que o CBH BG possui um caso diferente dos demais, informando que  
327 os repasses não feitos ainda são devidos aos ajustes na resolução do PAP, que  
328 enquanto a resolução não está aprovada no CERHI, os processos ficam aguardando  
329 autorização. Disse que os demais comitês, ele entende que devido a confusão que  
330 houve com a PEC 31, os comitês se mobilizaram para enviar o máximo possível de  
331 pagamentos a fim de evitar que o estado retirasse o recurso e, devido a isso alguns  
332 comitês pediram mais recursos do que possuíam na Conta D. Comentou que existe  
333 recurso, mas que esse passa por um outro processo de solicitação para utilizá-lo. Disse  
334 que foi realizado um levantamento com a delegatária dos projetos que caberiam dentro  
335 do saldo e repassaram os recursos, faltando ainda alguns comitês, mas que estão em  
336 processo para receber.

337 **Marcos** disse que houve uma solicitação do saldo da Conta D ao INEA pelas  
338 delegatárias para que a solicitação de recursos correspondesse a informação que veio  
339 do próprio órgão. Disse que pode ter havido erro de algum comitê, mas que era uma  
340 questão acompanhada de perto e que todos caminhavam para solicitar apenas os  
341 recursos disponíveis informados na Conta D. Outra questão levantada foi que em  
342 dezembro o PAP do CBH BG estava aprovado, não tendo nenhum desejo de  
343 adequação ou mudança, que essa adequação veio apenas depois. Sugeriu que o INEA  
344 oficializasse essas respostas aos comitês para que haja uma resposta a ser dada nas  
345 plenárias dos comitês.

346 **Marcelo** disse que o ofício da SEFAZ se trata de como seria operacionalizado a retirada  
347 do recurso e que, como foi a primeira vez, essa operacionalização foi mais demorada  
348 e o recurso saiu dia 31 de março, no entanto, o valor foi baseado no saldo de 31 de  
349 dezembro.

350 **Item 5. Solicitação de ajustes na Resolução INEA nº 160/2018;**

351 Esse item não foi abordado na reunião, sendo adiado para discussão em reuniões  
352 futuras.

353 **Item 6. GT FUNDRHI;**

354 Esse item não foi abordado na reunião, sendo adiado para discussão em reuniões  
355 futuras.

356 **Item 7. Repasse de recurso de custeio dos Contratos de Gestão;**

357 Esse item não foi abordado na reunião, sendo adiado para discussão em reuniões  
358 futuras.

359 **Item 8. Elaboração de calendário de discussão sobre os Contratos de Gestão;**

360 Reunião agendada para dia 28/04/2020.

361 **Item 9. Definição de estratégia de regularização de cadastro/outorga de usuários;**

362 Esse item não foi abordado na reunião, sendo adiado para discussão em reuniões  
363 futuras.

364 **Item 10. Assuntos Gerais;**

365 **Nelson** lembrou que fossem avaliados os logos enviadas via whatsapp para inserir nas  
366 cartas para os times de futebol.

367 **Item 11. Encerramento.**

368 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16:40. A  
369 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de  
370 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

**APROVADA! AGUARDANDO ASSINATURA\***

**José Arimathéa Oliveira**

Coordenado Geral FFCBH

**João Gomes de Siqueira**

Coordenador Adjunto FFCBH

\*As atas foram aprovadas em assembleia e serão assinadas posteriormente devido a situação atual de pandemia.

ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.